

“Zeramos nossa dívida externa”, diz Gustavo Franco

Livia Ferrari
do Rio

O presidente do Banco Central, Gustavo Franco, destacou ontem que o governo federal zerou sua dívida externa, pelo menos a nível contábil. De acordo com ele, o Brasil passou a ser credor no mercado externo, pois “em março de 1998, pela primeira vez depois de muitos anos, as reservas cambiais brasileiras superaram o valor do endividamento externo”. O saldo positivo foi de US\$ 72 milhões.

O presidente do BC disse que o papel do Brasil como credor resulta do superávit da aplicação das reservas brasileiras sobre a dívida externa do governo federal. “Não significa que o País não tenha dívidas.”

Franco participou, ontem, do seminário “O Futuro do Brasil no 2º Ano do Real”, na Associação Comercial do Rio de Janeiro. Pelas suas projeções, a dívida externa do setor público como um todo (governo federal, estados, municípios e estatais) cairá para menos de 1,5% do PIB, quando for concluída, este ano, a privatização do sistema Telebrás. A dívida externa da Telebrás soma cerca de US\$12 bilhões, valor que será absorvido pelo comprador, passando, assim, ao setor privado.

O presidente do BC lembrou que o endividamento externo do Brasil, que chegou a 15% do PIB em 1993, subiu para 16% em 1997. Mas estará reduzido para cerca de US\$ 10 bilhões, após a privatização da Telebrás. Esses cálculos baseiam-se numa dívida externa pública de cerca de US\$ 22 bilhões, sendo US\$ 17 bilhões das empresas estatais — montante que cairá para US\$ 5 bilhões com a privatização da Telebrás — e US\$ 4,82 bilhões (equivalentes a 0,5% do PIB) da dívida externa dos estados e municípios.

Pelas projeções de Franco, os investimentos diretos estrangeiros no País atingirão US\$ 20 bilhões este ano, valor que representa 4% dos fluxos globais de investimento. As contas do BC mostram que no acu-

mulado de doze meses, até junho, os investimentos diretos no País superaram US\$ 18 bilhões.

O titular da Câmara de Comércio Exterior (Camex), José Roberto Mendonça de Barros, acredita que será atingida a meta de crescimento de 10% nas exportações este ano, apesar dos impactos negativos da crise asiática sobre as vendas externas. Enquanto isso, as importações deverão aumentar apenas 4% ou 5%, mesmo diante da esperada reativação da economia no segundo semestre. Segundo ele, o déficit comercial ficará em torno de US\$ 5 bilhões, abaixo dos quase US\$ 9 bilhões do ano passado.

Barros disse que o governo anunciará ainda neste mês medidas para tornar eficaz o mecanismo do fundo de aval às exportações de pequenas

Os investimentos diretos estrangeiros no País atingirão US\$ 20 bi este ano; 4% dos fluxos globais de investimento

e médias empresas e o Adiantamento de Contrato de Câmbio Indireto (ACC indireto), destinado a empresas produtoras de insumos. A idéia é

atrelar os dois mecanismos, lançados no início do ano e até agora inoperantes, devido à resistência dos bancos em operar os sistemas.

Segundo o presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), Marcus Vinícius Pratini de Moraes, com o advento da crise da Ásia, as exportações brasileiras tiveram queda de 60% para Tailândia; 40% para a Malásia; e de 30% a 60% para os países até então denominados “tigres asiáticos”. No caso do Japão, a retração foi de 20%.

A pauta de exportações mostra também uma mudança de perfil quanto ao destino das mercadorias. De janeiro a maio, os Estados Unidos absorveram 18% do total exportado pelo Brasil, percentual muito próximo dos 17% do Mercosul. Os países da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi) responderam por 27%, praticamente igualando-se à União Européia (UE). Enquanto isso, a participação da Ásia entre os principais mercados para os produtos brasileiros caiu de 16,2% para 11,2%.